

APROXIMANDO-SE DO CAMPO DE TRABALHO DOS EDUCADORES COMUNITÁRIOS: EM BUSCA DE REFERENCIAIS DE ANÁLISE

CUNHA, Marize – UFF

GT: Educação Popular /n.06

Agência Financiadora: CAPES

Este é um texto que procura levantar alguns referenciais de análise que nos permitam avançar na discussão de um dos desafios que marca a constituição do popular no campo educativo, e mais particularmente, a configuração histórica da educação popular: a relação entre os educadores/mediadores e os sujeitos sociais contemplados pelas experiências desenvolvidas neste campo.

A reflexão dá-se mediada pela busca da compreensão do terreno do trabalho social, desenvolvido no âmbito de projetos e serviços implementados nas favelas do município do Rio de Janeiro, onde vem se destacando a ação de educadores comunitários. Com efeito, ela dá continuidade a um caminho de diálogo entre estudos e experiências acumuladas em diferentes espaços acadêmicos e profissionais, e que possuem um tema comum: a relação entre aqueles que vivem e atuam em comunidades de favelas do município do Rio de Janeiro e os profissionais mediadores, sejam eles políticos, técnicos do poder público e de ONG's ou então pesquisadores.

A gênese da questão

O caminho, de início, remonta a uma pesquisa desenvolvida ao longo dos anos 90, voltada para a percepção histórica e os significados que os atores sociais, participantes de movimentos populares desenvolvidos nas favelas de um subúrbio do Rio de Janeiro, davam a suas lutas. Ao longo desta investigação, instigados pelas leituras a respeito do tema e a complexidade do material empírico que indicavam o caráter relacional da produção simbólica das classes populares, fomos construindo uma reflexão crítica sobre as armadilhas presentes na relação entre as classes populares e diferentes profissionais mediadores, de forma a problematizar as representações produzidas por estes últimos acerca do conhecimento e a experiência popular e, por outro lado, nos aproximar criticamente das visões que “os populares” possuíam a respeito dos mediadores.

Aqui, nos foi fundamental o desenvolvimento de uma discussão sobre a cultura, concebendo-a a partir de sua dimensão processual, contraditória e conflituosa. Seguindo caminhos trilhados por Geertz (1989), Sahlins (1990), Durham (1977) e Ginzburg (1987), pensávamos as produções do mundo simbólico das classes populares como *ação no tempo*, atravessadas por tempos históricos distintos e inscritas num tecido social permeado por lutas e contradições. Dentro desta perspectiva, procurávamos ir além das dicotomias que opunham cultura de elite/cultura popular, recuperando a noção de circularidade trabalhada por Ginzburg que aponta as trocas subterrâneas existentes entre

cultura subalterna e a dominante, afastando a concepção de uma autonomia entre elas e resgatando seu movimento relacional. E acolhíamos o conceito de hegemonia cultural sugerido por Thompson, que nos permitia explicar a reprodução de determinadas práticas e valores comuns à sociabilidade capitalista mas compreender também as “distintas cenas e dramas diversos” desenhados nas teias das estruturas de dominação e subordinação (Thompson 1984: 58/59)

Foi tendo como base tal discussão que ensaiamos uma leitura a respeito do diálogo entre lideranças e moradores das favelas e os profissionais mediadores, procurando desalojar determinadas interpretações dicotomizadoras e ensaiando novas possibilidades de análise. Percorrendo as histórias, chegamos à noção de *mediador na comunidade* que nos levou a repensar as oposições bem definidas entre mediadores externos/comunidade e, também, refletir sobre o percurso da liderança, a frente da organização comunitária, enquanto *uma* possibilidade de ação política no movimento, que muitas vezes a aproximava dos profissionais mediadores, tornando suas representações bastante semelhantes¹. De certa forma, *o mediador na comunidade* veio nos sugerir outras alternativas de prática social e política que não passavam necessariamente pelos “níveis de consciência política” indicados por mediadores externos mas também pelas lideranças mais expressivas.

Estas foram algumas das questões que assumiram maior relevo na pesquisa e que reencontramos agora, alguns anos depois, quando então procuramos investigar o trabalho de educadores comunitários, que atuam em projetos públicos e particulares realizados nas favelas do município do Rio de Janeiro.

A ação mediadora destes educadores tem se destacado no terreno mais amplo da sociabilidade e das lutas políticas presentes nestas favelas, considerando a forma com que elas vêm se manifestando no início do século XXI. Com frequência, esta ação tem como base um trabalho remunerado e de vínculo precário, realizado pelos moradores destes locais, no âmbito de programas sociais, públicos ou particulares, cuja orientação expressa um novo padrão de relação do poder público e instituições da sociedade civil com as favelas do município. Nesta relação, Estado, ONG's e organizações comunitárias aparecem como parceiros constituindo-se assim um espaço do mundo social que vem se forjando com um espaço de mediação do político. Nele, defrontam-se interesses diversos e, muitas vezes, divergentes e em disputa. E aí localizam-se também interpretações do “popular” atravessadas pelas dicotomias já referidas.

Nossa preocupação nesta reflexão é avançar na construção de um referencial que nos permita entender a historicidade, bem como a estrutura e a dinâmica deste terreno de trabalho onde atuam estes educadores e outros mediadores, oriundos do poder público, de igrejas, ONG's, universidades e outras organizações da sociedade civil. Para isso, buscamos recuperar aqui alguns elementos fundamentais a sua gênese para então, depois, recorreremos à proposta de análise do sociólogo francês Pierre Bourdieu, buscando nela algumas pistas que nos façam avançar na compreensão das tensões e possibilidades que este terreno abriga, particularmente no que se refere às relações nele tecidas.

Uma aproximação histórica

Uma de nossas preocupações ao nos defrontarmos com o terreno do trabalho social tem sido demarcar os processos históricos que marcam sua emergência e constituição. Levantamos então aqui algumas indicações que nos permitem localizá-lo.

1) Os percursos que marcam o desenvolvimento das iniciativas públicas ou particulares nas favelas e o movimento comunitário podem ser compreendidos no âmbito do que Martins, em sua leitura da obra de Lefebvre chama, “desencontro entre o econômico e social” que atravessa a sociedade capitalista, onde “o econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso” (Martins 1996:). Desta forma, o terreno das iniciativas sociais nestas localidades vai constituindo-se enquanto um espaço de mediação, fundamental à reprodução deste desencontro e ao controle de seus custos políticos e sociais. Recorrendo a uma perspectiva de Castel, podemos dizer que ele traduz um conjunto de dispositivos montados para responder à chamada questão social, de forma promover a integração “das franjas mais dessocializadas dos trabalhadores”. (1999: 31)

2) Tal processo assume certa especificidade em nosso país. Aqui nos chama atenção a particular ação do Estado no centro do “desencontro” que atravessa a sociedade brasileira pois, se é verdade que o capitalismo é marcado pelo atraso do social em relação ao econômico, aqui o econômico acelerou-se “queimando etapas”, mediado pelo Estado. Tal movimento implicou a “captura” dos recursos públicos, desviados fundamentalmente para fins da acumulação, com retração de investimentos na infra-estrutura e serviços urbanos, tendo assim particular desdobramento sobre as condições de reprodução da força de trabalho urbana. Com efeito, o Estado assume um papel fundamental no somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços que se apresentam como socialmente necessários a subsistência dos trabalhadores, fenômeno que Lucio Kowarick chamou de espoliação urbana. (1979). Com isso, o ônus da reprodução é assumido pelos trabalhadores, particularmente no que se refere aos serviços de infra-estrutura urbana (Moisés 1978; Oliveira 1978). Podemos compreender, assim, as contradições das políticas públicas nas favelas da cidade, onde assume especial relevância o trabalho dos moradores, realizado sob a forma de trabalho não pago, e conformando a produção do espaço de moradia.

3) Ao refletirmos sobre a constituição do terreno do trabalho social nas favelas do município, pensamos, de início, na “dívida” histórica deste espaço do mundo social tanto em relação às antigas formas de intervenção nas favelas - como por exemplo aquelas que marcaram as iniciativas da Igreja Católica, como a Cruzada São Sebastião, e das primeiras instituições públicas, como o SERFHA(Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), bem como as políticas remocionistas -, quanto no que se refere à herança deixada pelo movimento de favelas, traduzido em suas formas de organização e bandeiras de luta, como aquela anunciada, em início dos anos 60, sob o lema *Urbanização Sim, Remoção Nunca*. (Valla, 1986 ; Burgos,1998).

4) É na travessia histórica de fins dos anos 70 e anos 80 - marcada pelo processo mais amplo de democratização da sociedade brasileira e pela pressão dos movimentos sociais – que se inaugura uma política sistemática de progressiva e lenta urbanização das favelas, sob um modelo marcado por uma qualidade precária mas atravessado por uma interlocução política, entabulada sob as regras do jogo democrático, onde a participação direta era bastante expressiva (Valla 1986). É aí que ganha também maior importância o trabalho desenvolvido pelos moradores dentro dos programas de intervenção, de início fundamentalmente como mão de obra, participando de mutirões e, depois, como articuladores ou mediadores na organização comunitária e no desenvolvimento dos serviços. Posteriormente, na segunda metade dos anos 80, há um refluxo das formas de participação direta, que pode ser analisada considerando o impacto das mudanças político-institucionais do período e os desafios apontados na relação das organizações e movimentos comunitários com o Estado. Elegendo as associações de moradores como seus principais interlocutores na comunidade, o poder público procurou avançar na conquista de sua legitimidade política diante da sociedade. As associações passaram a ter seu dinamismo associado a especial capacidade de atuar dentro da esfera política municipal e estadual. Ao mesmo tempo, na própria comunidade, as lideranças vão criando um espaço onde exercem seu poder pessoal na hora de gerir recursos, administrar serviços, distribuir cargos e empregar os moradores.

5) Recentemente, o diálogo das comunidades com o Estado tem se desenvolvido através de um novo padrão de relação onde as associações de moradores, e também cada vez mais outras entidades comunitárias, aparecem como parceiras dos órgãos públicos e em vários casos, de organizações não governamentais. Tal mudança se opera dentro dos marcos das políticas neo liberais de privatização e desregulamentação, e da expansão de formas de gestão das políticas sociais marcadas pela terceirização (Pinheiro 1996). Nesta configuração de políticas sociais, as entidades atuantes nas favelas são apresentadas não como interlocutores políticos mas como parceiras na execução e gerenciamento de programas e serviços públicos. A lógica do mercado, com a adoção do receituário neoliberal desdobra-se aqui, orientando a descentralização, flexibilização e integração das ações, com máxima potencialização dos recursos utilizados. No âmbito desta orientação ganha sentido a importância da “participação” dos moradores das comunidades nos programas. Participação como trabalhadores a serviço de ações sociais, das quais dependem a viabilidade dos programas: educação (“sanitária” e para “cidadania”), gestão de equipamentos urbanos dentre outras.

6) Considerando as contradições do já referido “desencontro” entre o social e o econômico, e os impactos econômico-sociais das políticas neoliberais, o terreno examinado vem traduzindo formas precárias e instáveis de inclusão do trabalhador. Conforme crescem o número de iniciativas sociais, muitos moradores integram-se a programas de desenvolvimento local existentes nas comunidades, demarcando seu espaço como “trabalhador na comunidade”.

7) Com a nova configuração das políticas públicas, o terreno das iniciativas sociais vai sendo ocupado por diferentes atores, complexificando a referida relação lideranças comunitárias, moradores e profissionais mediadores. Além disso, no presente que está em jogo principalmente não é a exploração do trabalho não qualificado dos trabalhadores, na realização de obras comunitárias e implantação de equipamentos urbanos e sociais. Eles são incorporados ao processo de trabalho voltado para o social através daquilo que os diferencia de outros trabalhadores: a experiência e o saber acumulado a respeito da vida e organização comunitária que se desdobra em sua particular posição, no que se refere à possibilidade de mobilizar a comunidade e articular as ações dos projetos desenvolvidos.

Uma aproximação com a proposta de Pierre Bourdieu

Algumas inquietações se colocam quando percorremos aquele que é nosso terreno de investigação. A mudança no padrão das políticas sociais, bem como as formas de exclusão e inclusão precária dão conta de explicar como foi se constituindo um espaço de trabalho social nas favelas do município do Rio de Janeiro, atravessado por um intenso dinamismo, que mobiliza diversas instituições e grupos sociais. Mas até que ponto tais processos nos permitem analisar as experiências e opções dos diferentes atores sociais? Em que medida nos dão elementos suficientes para avançar criticamente na interpretação dos posicionamentos destes atores no terreno em que se movem? Como dar conta das disputas e alianças que se tecem neste espaço, e que muitas vezes opõem lideranças e educadores comunitários ou que articulam ONG's e poder público?

Avaliamos que se aproximar de nosso campo de pesquisa exige mais do que uma explicação de sua gênese, com a identificação dos processos fundamentais que contribuíram para demarcar o trabalho social nas favelas como um espaço fundamental na sociedade brasileira. É fundamental ir em busca de um referencial que nos permita também compreender esta gênese, considerando o movimento dos atores dentro deste processo, suas relações, bem como suas interpretações a respeito do mundo onde estão inseridos e a forma como vão constituindo este lugar social onde atuam.

Vimos encontrando em Bourdieu, em sua proposta epistemológica de forma geral, e em alguns conceitos por ele desenvolvidos, em particular, indicações que nos parecem férteis, das quais buscamos nos aproximar.

De início, tendo como base a “sociologia reflexiva” do autor estamos amadurecendo algumas das questões por nós desenvolvidas, na pesquisa passada já mencionada, incorporando sua reflexão a respeito da “*dúvida radical*, procurando assim trilhar um caminho que nos permita *não ser objeto dos problemas* que tomamos como objeto (1989: 35). Com isso, é necessário por em causa as representações produzidas e acumuladas sobre o tema com o qual trabalhamos, recorrendo a uma “história social da emergência” de alguns problemas que ele abriga. Sem dúvida, aqui, a dicotomia dentro X fora, asfalto X comunidade é uma das questões que assume maior importância como objeto da *dúvida radical* uma vez que, ao longo do percurso que marca a história das favelas e das intervenções sociais nestas localidades, ela foi configurando-se como um problema do mundo social, resultante de um trabalho coletivo, realizado na concorrência e na luta, que tornou possível conhecer estas oposições como legítimas. Em meio a tal trabalho coletivo, destacam-se as representações constituídas pela próprios pesquisadores voltados para o

tema, o que só reforça a necessidade da prática da *dúvida radical*, colocando em questão as noções trazidas pelas produções da própria ciência social que, recuperando as palavras de Bourdieu, configuram-se como “mediações por meio das quais o mundo social constrói a sua própria representação” (1989: 36)

O exercício da *dúvida radical* articula-se a outra formulação do autor sobre o “*pensar relacional*” e sua crítica às leituras “substancialistas” do mundo social que se querem relacionais mas transformam em “propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo as propriedades que lhes cabem num determinado momento, em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis”(1996: 17-18). No âmbito de tais leituras, a diferenciação social é mais facilmente pensada como forma de grupos definidos como populações, através da noção de classe, ou de antagonismos entre estes grupos, do que como forma de espaço de relações (1989: 18)

Dialogando com tal reflexão de Bourdieu, pensamos nas armadilhas que se insinuam quando lançamos nosso olhar para o percurso histórico do trabalho de intervenção social nas favelas e periferias urbanas, onde foram se configurando leituras “substancialistas” a respeito dos moradores, lideranças e grupos comunitários, atravessadas pela própria emergência e expansão destas localidades como “problema urbano e social”. Aqui, o conceito de identidade foi generalizando-se e firmando-se como uma propriedade do grupo, projetado na pessoa e implicando no apagamento da dimensão histórica e relacional deste espaço do mundo social. (Durham 1986:32) Processos de identificação, tecidos no âmbito de determinadas disputas e lutas foram substantivados e definidos como “propriedades intrínsecas” aos grupos, diluindo desta forma a dimensão dinâmica e relacional das tensões e conflitos dos movimentos comunitários, e do terreno do trabalho social, em particular.

A ruptura com este modo de pensar substancialista, é fundamental na proposta de análise tecida por Bourdieu, onde destacam-se os conceitos de *campo* e *habitus*. As formulações do sociólogo francês seguem um caminho que procura responder à polêmica objetivismo e subjetivismo como pontos de vista incompatíveis. Assim, ele considera: por um lado, as estruturas objetivas existentes no mundo social, independentes da vontade dos agentes e capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações; por outro, a gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação, constitutivos do *habitus* e das estruturas sociais, em particular dos *campos* e grupos (1990:149). Desta forma, procura articular dialeticamente as duas perspectivas e a oposição artificial que se estabelece entre estruturas e representações:

“As estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, por outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais e coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. (1990: 152)

Sob esta perspectiva, e no âmbito de seu trabalho de investigação, a noção de campo vai sendo construída como uma resposta à questão da mediação entre o ator social e a sociedade. Como lembra o

próprio Bourdieu, “ela serviu primeiro para indicar uma direção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa”. (1989: 64)

O *campo* é o espaço atravessado por relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes na distribuição de recursos, que são ou podem se tornar operantes na “concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar neste universo social”. A localização no campo segue então princípios diferenciadores, que nos remetem a “poderes sociais fundamentais” : “o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma com que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas”. (1990: 154). No espaço social global, uma primeira dimensão, os agentes são distribuídos de acordo com o volume global destes diferentes capitais mas numa segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, o peso relativo dos diferentes tipos de capital. A configuração destas duas dimensões na construção do mundo social nos dá a pista para a leitura das distâncias e aproximações sociais entre os diferentes agentes dentro do *campo*.

Essa leitura realista é objetivamente estimulada pelo fato de que o espaço social está construído de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes e têm toda a possibilidade de possuírem disposições e interesse semelhantes, logo, de produzirem práticas também semelhantes. (1990: 155)

Este diálogo com o conceito de Bourdieu vem nos indicando um caminho: conceber o “terreno” que investigamos como um espaço de relações objetivas entre diferentes atores: técnicos e funcionários das instituições públicas, lideranças e os agentes comunitários, contratados ou não por programas governamentais, os próprios moradores das favelas, os profissionais que atuam em ONG’s e cada vez, mais pesquisadores. Apesar de muitas vezes circularem torno de projetos comuns, tais agentes ocupam posições diferenciadas, na sociedade e mais particularmente no *campo do trabalho social*. Assim, tal terreno está longe de ser um espaço homogêneo e com relações horizontais.

Nosso esforço tem se dado então no sentido de analisar a constituição e dinâmica deste espaço do trabalho social, apreendendo-o como um *campo* onde se configuram lutas em torno de interesses específicos. Nesta perspectiva, é fundamental considerar a inserção dos atores no mundo social mas também a diferenciação de posições neste campo particular que viemos investigando. Para nós, tal diferenciação não é dada preliminarmente, a partir apenas da inserção desigual no campo da produção e no espaço social mais amplo, mas vem sendo construída na *relação* entre estes diversos agentes sociais e no âmbito dos processos que marcam a historicidade do trabalho social, já levantados por nós anteriormente.

Contudo, na análise da tessitura de relações que vão configurando o *campo do trabalho social*, fundamental para nós é também apreender as mediações que indicam a experiência e ação dos atores na constituição deste espaço. Aqui, pensamos ser importante a noção de *habitus*, que pode contribuir na compreensão do movimento destes atores dentro do campo. Como “sistema de esquemas de produção de

práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas”, adquiridos pelos agentes sociais através da “experiência durável de uma posição no mundo social”, o *habitus* é um “princípio gerador e unificador” que “dá conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (1996:21). A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) coloca-se na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam (Ortiz 1994: 17-18).

Os *habitus* são, portanto, diferenciados, e também diferenciadores, “geradores de práticas distintas e distintivas” . Mas são também “operadores de distinções, colocando em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns”. Neste sentido, são “esquemas classificatórios” e “princípios de visão e divisão” através dos quais as diferenças nas práticas, nos bens possuídos e nas opiniões expressas tornam-se “diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira *linguagem*” (Bourdieu 1990: 22). O espaço social assim tende a se tornar um espaço simbólico, organizado segundo a lógica da diferença e do desvio diferencial (1990: 160). Daí, a necessidade de se tomar objeto não apenas a realidade social mas também a percepção dessa realidade, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes tem sobre essa realidade (1990: 156 – 157).

A incorporação deste conceito de *habitus* pode servir para nos aproximar das interrogações trazidas por nossa pesquisa, quando se trata de interpretar as ações e escolhas dos agentes sociais no interior do campo do trabalho social e, em particular seus movimentos de “aproximação” e “distanciamento”. Ele pode, especialmente, nos dar uma chave de acesso para compreender os conflitos simbólicos travados neste campo, anunciados sobretudo em encontros e reuniões que envolvem diferentes atores, quando aquilo que Bourdieu chama “as distâncias sociais inscritas nos corpos ou mais, exatamente, na relação com a linguagem e com o tempo”, vêm à tona, revelando as diferenciações do mundo social e desafiando-nos a pensar os limites e possibilidades dos movimentos de aproximações tecidos por estes atores no campo em questão.

Indicando aproximações

Este diálogo com os conceitos de campo e *habitus* tem sido fundamental na construção de um referencial analítico a respeito da constituição e a dinâmica deste terreno de pesquisa, podendo contribuir sobretudo para que avancemos nas respostas a algumas das questões que envolvem a relação entre os diferentes atores sociais, e seus posicionamentos, particularmente aquelas que desafiam as interpretações que aproximam genericamente o “popular”, por um lado, e os diversos mediadores “externos”, de outro, numa polarização que substantiva a realidade social e se mostra prisioneira de representações resultantes de todo o “trabalho coletivo” que veio se produzindo na constituição do *campo* por nós investigado.

Em particular, esta aproximação, vem também abrir espaço a uma reflexão voltada para as lutas simbólicas travadas no campo do trabalho social, onde nos interessa especialmente os embates em da apropriação de conhecimentos e práticas, e da proximidade com o “popular” . Ao nosso ver, uma vez que o *campo do trabalho social* vai constituindo-se como um espaço de mediação do político, no âmbito do que chamamos desencontro entre o econômico e social, nas lutas aí travadas o “popular” é o alvo em questão. Compreendido em sua dimensão simbólica, este espaço vai configurando-se atravessado pelo

que Bourdieu denomina os usos do povo, ou seja pela disputa concorrencial em torno da legitimidade da fala para o povo e do povo. (Bourdieu, 1990 181)

Notas

¹ Ao fim da pesquisa, concluímos que a atuação do morador *mediador na comunidade* particularizava-se pela ação nas margens das esferas de poder instituído na favela, no caso a associação de moradores. Aproximava-se da liderança pelo conhecimento do jogo político, acumulado na prática no movimento comunitário mas dela distinguia-se pela forma de ação na luta. Diferenciava-se dos demais moradores pela experiência no movimento e pelo conhecimento das regras do universo político. No entanto, a particular forma de atuação na favela, através da proximidade cotidiana com os moradores, reforçava os vínculos com sua experiência subalterna. Produzia pois, sua visão a partir de um outro lugar que possivelmente lhe dava um horizonte de visibilidade crítica. Daí percebia as implicações das relações de poder na comunidade, a atuação dos mediadores externos, e interpretava a forma através da qual se coloca a ação dos demais moradores. Na percepção dos mediadores na comunidade, o seu percurso apresentava-se como particular mas não era colocado em outro plano. Ele aparecia enquanto possibilidade da trajetória de vida daqueles que viviam na localidade. Trajetória que ele buscava compartilhar no âmbito da comunidade através de sua ação mediadora.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. 1996. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.
- _____. 1990. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa /Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro” In: Alba Zaluar & Marcos Alvito (orgs). *Um Século de Favela*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CASTEL, Robert. 1999. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- DURHAM, Eunice. 1977. “A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna” . *Ensaio de Opinião*, v.4, Rio de Janeiro: Inúbia.
- _____. 1986. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: Ruth.C. Cardoso (org.), *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GEERTZ, Clifford. 1989 *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: ed.Guanabara.
- GINZBURG, Carlo. 1987. *O Queijo e os Vermes*, São Paulo: Companhia da Letras.

- KOWARICK, Lucio. 1979 . *A Espoliação Urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza (org.). 1996. *Henri Lefebvre e o retorno dialética*, São Paulo: Hucitec.
- MOISÉS, José Álvaro. 1978 *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais.*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.
- OLIVEIRA, Francisco. 1978. “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In: José. Alvaro Moisés.(org.). *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais.*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.
- ORTIZ, Renato (org.). 1994. *Pierre Bourdieu*, São Paulo: Editora Ática.
- PINHEIRO, Jair. 1996. “Parcerias e Terceirização: transferência de responsabilidade sobre os serviços”. *Lutas Sociais*, nº1, 2º semestre, São Paulo: Neils Núcleo de Estudos sobre Ideologias e Lutas Sociais / PUC, 113-124.
- SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas da História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor..
- THOMPSON, Edward P. 1984. *Tradicón, Revuelta y Conciencia de Clase*, Barcelona: Editorial Crítica.
- VALLA, Victor V. (org.). 1986. *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*, Petrópolis: Vozes/ABRASCO.